

Revista Portuguesa
de História

José Coelho — *Beira histórica, arqueológica e artística. (Arredores)—I—A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro e notas toponímicas de Viseu e concelhos limítrofes. Arqueologia — Historia — Arte — Geografia — Epigrafia — Heráldica — Genealogia — Bibliografia (manuscritos e impressos) — Etnografia—Folclore — Toponímia, etc.*, Viseu, 1941. O título é bem explícito sobre o conteúdo da obra. Resta acrescentar que o Dr. José Coelho percorreu bibliotecas e arquivos, e que grande parte da obra é fruto dessas investigações.

António de Almeida — *Por terras de Penalva (Beira Alta). Apontamentos para o estudo da arqueologia e da história da região.* Porto, 1942. Separata do vol. ix dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia».

Padre Agostinho de Azevedo — *A Terra da Maia (Subsídios para a sua monografia)*, vol. 1, Porto, 1939. Ao contrário do que sucede com grande número de monógrafos, o P.^e Agostinho de Azevedo mostra-se familiarizado com os principais arquivos do País, o que merece ser posto em relevo.

SALVADOR DIAS ARNAUT.

História do Descobrimentos (1942-1945)

Contra a previsão de que um período de comemorações e congressos de História, como foi o anterior a este quadriénio, viesse exaurir por muito tempo as fontes de iniciativa nas publicações que afectam a matéria desta nota bibliográfica, temos de opor uma realidade bem diferente: a de que, longe de a depauperar, os acontecimentos em si a instigaram, criando-lhe novas forças e suscitando-lhe a possibilidade de novos recursos.

As obras respeitantes a este departamento de estudos históricos podem ser consideradas, na recensão crítica que nos ocupa, sob dois aspectos distintos : o aspecto de livro de consulta, dada a sua generalidade, e o de livro de achega pelo seu carácter já mais restrito na contribuição ou préstimo.

Dentro da primeira categoria, isto é, da obra de consulta, e destrinchando ainda a que é inédita da reeditada, é-nos grato assinalar como capitais dois trabalhos de grande tomo *t* valor, só

por si bastantes para distinguir um período bibliográfico muito mais amplo do que este de que vimos tratando. São essas obras a *História dos Descobrimentos* (4) do Prof. Damião Peres, e a colectânea de documentos que o professor de Paleografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dr. João Martins da Silva Marques, começou a publicar no ano de 1944 com o título de *Descobrimentos Portugueses* (2).

A *História dos Descobrimentos*, dado o seu carácter objectiva, para quem desconhece a personalidade inconfundível do Doutor Damião Peres, pode, à primeira vista, supor-se tratado anodino onde a matéria se expõe friamente através dos muitos e variados estudos até hoje feitos, uma espécie de ordenada colectânea de teses ou achados onde o autor desempenhasse um simples papel de compilador. Mas não é assim, e aí está o mais real valor da obra: depois de apresentar objectiva e imperturbavelmente teses e conclusões alheias respeitantes a um dado capítulo, como juiz, o Autor, — catedrático que é na especialidade — não só julga como intervém, na altura própria, com o seu parecer rectíssimo

Se o coordenar tudo quanto de importante se tem escrito sobre Descobrimentos é operosa tarefa que, com tanta amplitude, ninguém até hoje cometeu, tarefa que só por si imporia uma obra, que dizer quando esse todo de matéria histórica vem julgado nos seus mínimos recantos, e para mais, com alta precisão?

E, na realidade, obra de História de professor especializado, por onde se pode bem avaliar a distância a que ficam, na ciência, método e objectividade, muitos e prolíferos trabalhos de amadores que infeliz e magnificamente vêm povoando este nosso campo de Cultura Portuguesa.

Expressivo modelo de como o A. procede no elaborar da exposição, vai encontrar-se no capítulo vi da sua obra, onde se trata (*)

(*) Damião Peres, Professor da Universidade de Coimbra: *História dos Descobrimentos Portugueses*. Portucalense Editora, Porto, 1943.

(2) *Descobrimentos Portugueses*. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, vol. 1 (1147-1460) ; suplemento ao vol. 1 (1057-1460). Dois vols., 31X22,5, de 741 e 717 págs., respectivamente, com um suplemento de estampas em fotogravura. Edição do «Instituto para a Alta Cultura», Lisboa, 1944.

a debatida questão da legenda da Carta de Yalseca respeitante aos Açores, e cuja última e mais segura leitura é bem conhecida: *Aqüestes Ules foram trobades p. Diego de Sunis pelot del rey de Portogall an lay mccccxxvii*

Expostas as diversas interpretações paleográficas que o nome do piloto português tem sofrido, desde *Guullen* até *de Simes* ou *Swnis*, o A. resolve chamar a si matéria tão irresoluta, e força-a a exprimir-se claramente. E assim, depois de um estudo comparativo de letra, conclui afirmando que a solução, que lhe parece ser *também* correcta paleograficamente, é a de que o apelido há tanto vâmente procurado é «de Silves».

À face do estudo e das provas apresentadas, achamos que a solução encontrada pelo Prof. Damião Peres é mais do que correcta paleograficamente : será a *única* de aceitar.

Dentro destas obras de consulta está ainda, como dissemos, em primeiro plano, os *Descobrimientos Portugueses* do Dr. João da Silva Marques. A cronologia da documentação abarca remotamente o ano de 1067 ⁽³⁾. Isto pode explicar-se com a plausível intenção, por parte do organizador, de, assim, contribuir para a História da preparação náutica que condiciona os Descobrimientos portugueses. O A. o dirá na Introdução que em breve vai publicar.

O conjunto de documentos está minuciosamente compendiado: devidamente sumariados, citadas as fontes e o lugar onde elas se encontram, como era de esperar, desde que o *corpus* vem organizado por um verdadeiro paleógrafo. E é isso, queremos dizer a exactidão e o método, o que confere o seu maior préstimo.

De passo, porém, queremos reflectir aqui uma observação acerca da versão portuguesa das «Navegações» de Cadamosto que o A. inclui naquele todo, talvez porque inicialmente houvesse o intento de apresentar um texto crítico, mais valioso, portanto, que o dado pela Academia das Ciências: a nova tradução de que se incumbiu o Sr. Dr. Giuseppe Carlo Rossi, professor na

(3) Exemplo de um documento (o i.º do vol. i) está no seguinte extracto do foral de Santarém: («...») De nauigio. De nauigio uero mando ut alchaide : et duo spadelarij. et duo pronarij. et unus peintal, habeant forum militum (...).

Universidade de Lisboa, não é muito melhor que a anterior de Trigoso (4).

Vamos agora falar de obras de consulta de contorno cronológico já mais restrito.

A *Verdadeira Informação do Preste João das índias* (5) viu, merecidamente, em 1943, mais uma reimpressão. Feita pela de 1889 e cotejada num ponto ou noutro pelo texto de 1540, esta edição seria muito de louvar se não tivesse havido o mau cuidado de actualizar *em cheio* a ortografia original. E preciso não esquecer que obras deste género não são lidas pelo comum do povo, mas sim por pessoas cuja predilecção por elas já define um particular grau de cultura. E que se actualize um texto antigo nas edições que vão saindo neste século xx achamos bem desde que se adopte o critério que presidiu à 6.^a edição (4.^a completa) da *Ásia*, de João de Barros (6) e que o Professor Hernani Cidade, da Universidade de Lisboa, com muito justas razões adoptou: actualizar, sim, mas de modo a

(4) Cite-se, por exemplo, o que se lê a pág. 182 do «Suplemento», e *vendon detti cavalli da dieci fin a quindici teste di schiavi*, que o tradutor, seguindo as peugadas de Trigoso, põe assim: *e vendem os ditos cavalos por def ouvinte cabeças cada iim*.

Porquê *vinte* onde está claramente *quinze*? E porquê traduzir *teste di schiavi* por *cabeças*, quando, idiomática que é, a expressão não significa mais do que *escravos*?

E o interrogatório tenta, porque os erros são muitos e palmares.

Porque é que se confunde *cercare* (procurar) com *cerchiare* (cercar, dar a volta) ao verter-se o original de Cadamosto «*e questa è la opinione di quelli che hanno cercato il mondo*» para «*esta é a opinião daqueles que têm dado a volta ao mundo*» (no tempo de Cadamosto!) onde se deve ler «*daqueles que têm corrido mundo*»?

E porquê «*garnie*» (entre aspás, como se em português não existisse termo próprio) onde devia apenas ler-se «*agomias*»? E (perdoe-se-nos a insistência) porquê «*seu avô*» onde se escreveu «*suo barba*», seu tio?

Os erros são inúmeros, e duas páginas em corpo 8 tipográfico não chegariam para os assinalar.

(5) Padre Francisco Alvares, *Verdadeira Informação do Preste João das índias*. Prefaciado por Augusto Reis Machado. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

(6) *Ásia* de João de Barros. Primeira Década. Sexta edição, actualizada na ortografia e anotada por Hernani Cidade. Notas finais por Manuel Múrias. Agência Geral das Colónias, Lisboa. 1945.

não afectar a expressão sónica da linguagem do tempo em que se escreveu (7).

E por isso que esta nova edição das *Décadas*, melhorando embora o entendimento do texto, como obra de consulta, nada perde do seu valor original.

E a propósito diga-se que aguardamos com especial interesse as notas históricas finais da autoria do Dr. Manuel Múrias.

A Livraria Civilização, do Porto, neste tocante de reedições, prestou inestimável serviço reimprimindo, na sua já vasta «Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil» que vem sendo proficientemente dirigida pelo Visconde de Lagoa, o famoso *Tratado dos Descobrimentos*, de Galvão (8). Nesta edição, — que vem precedida de um elucidativo estudo histórico do director da colecção, e que é enriquecida de notas indispensáveis, — se faz uma dupla transcrição do texto, que a torna extremamente prestimosa: a original e a actualizada. A exacção de esta assegura-a o nome de César Pegado, primeiro bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Por se tratar de obra de um autor português, reeditada em Portugal, conquanto escrita em castelhano, não podemos deixar de nos referir aos *Discursos sobre los Comercios de las dos índias*, de Duarte Gomes Solis (9).

Em verdade era esta edição, embora conhecida dos economis-

(7) «Entendeu-se que [a actualização] não deveria passar além da imagem gráfica da palavra, que ficaria intacta em sua estrutura fonética, em sua imagem acústica. Se se modificava a forma como Barros *escrevia*, procurar-se-ia manter a forma como ele *falava*. Se ele próprio *ouvisse* o seu texto, reconhecê-lo-ia inalterado, posto que, *vendo-o*, verificasse que, afinal, as alterações do aspecto gráfico, decorridos quatro séculos, eram proporcionais às que o seu mesmo modo de escrever já trazia sobre o usado no seu tempo». (Do Prefácio, à referida edição).

(8) António Galvão, *Tratado dos Descobrimentos*. Terceira edição minuciosamente anotada e comentada pelo Visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Porto, 1944.

(9) Duarte Gomes Solis, *Discurso sobre los comercios de las dos Índias*. Edição organizada e prefaciada por Moses Benzabat Amzalak. Lisboa, «Gráfica Lisbonense», 1943. Vol. ia-4.º, de xxix-f-437 págs. A 1.ª ed. é datada de 1622.

tas portuguesas, digna de maior repercussão nos nossos meios culturais.

Dela pouco se falou e a justa causa talvez se encontre na limitada tiragem que teve (175 exemplares). É certo que esta obra foi escrita mais de um século depois da época áurea dos descobrimentos e conquistas, mas certo é também que representa um elemento precioso para uma possível História comparativa da nossa expansão ultramarina ou, pelo menos, das consequências dessa mesma expansão.

Ao tempo em que escreveu a sua obra (pleno período de domínio filipino) o que mais impressionou Duarte Gomes no estado político e económico de Portugal e Espanha, foi ⁽¹⁰⁾:

— a concorrência e ódio vivíssimos que havia na Índia entre Portugueses e Espanhóis.

— a perda das naus portuguesas, muito mais repetida então do que na primeira época das Navegações.

— a derivação constante e rápida da prata que vinha da América para a Espanha, e desta para outros estados.

— a dificuldade dos câmbios ou dos empréstimos a juros.

— a decadência política, a ruína da agricultura e da indústria, a despovoação e o empobrecimento dos dois povos da Península.

Acerca da terrível e assustadora perda das naus da Índia, impressiona dizer o A., em duas palavras: «partem de cá muitas, de lá algumas, e não chega nenhuma».

Através desta obra pode-se bem comparar a Lisboa manuelina com a dos Filipes: «Vinte mil mulheres brancas e pretas, muitas das quais pedem esmola, andam pela cidade vendendo água, peixe e frutas... e neste desaguadeiro das navegações do ultramar, que é a maior pobreza que se pode chorar e considerar, viúvas sem número estão encerradas com as filhas, que saem à noite rebuscadas a buscar água e a fazer outros serviços; trabalhando umas e outras sem poderem alcançar um pedaço de pão negro; fazendo sortes de uma sardinha, velando cinco e seis à luz de uma candeia; umas ganhando dez réis, e por mais que velem, não conse-

⁽¹⁰⁾ Seguimos a exacta síntese apresentada em 1884, no «Instituto» de Coimbra, por José Frederico Laranjo em estudo intitulado *Economistas Portugueses*. Muitos excertos deste estudo vêm transcritos na Introdução do Prof. Amzalak.

guindo nenhuma ganhar um vintém ; e isto numa cidade onde os mantimentos são mais" caros que em todas as outras da Europa (14)«

A crueza com que Duarte Gomes observa o meio, justificada talvez pela sua qualidade de viajado comerciante «seduzido pela riqueza do comércio das índias» e para mais de sangue judaico, é bem a de um homem estrangeirado não afeito à lenta evolução da situação económica do povo. Apanha-o de flagrante, como cem anos antes o apanhou Clenardo, e a sua visão carregada tem as virtudes de uma pintura expressionista : no exagero do tom, fazer-nos ver a realidade adormecida.

«Trocou-se o uso do arnês_e da espada em adornos de casas e criados, correspondências de escritórios e ramilhetes, colares de âmbar, trajes perfumados, fazendo-se necessidade de coisas supérfluas e não se convencendo Portugal e Castela de que estão pobres e como pobres precisam de viver» (12).

Sirva este exame a um texto antigo para pôr em evidência o real mérito de uma edição moderna.

Neste particular de reimpressões de textos que são fontes indispensáveis da nossa História, convém chamar à teia crítica uma nova edição fac-similada da *Carta de Pero Va\ de Caminha*, que, saída dos prelos do Brasil, veio a lume no ano de 1943 (13).

Conquanto não portuguesa, edição tratada por um dos nacionais que mais têm contribuído para o volume da nossa História dos Descobrimentos, não pode ela deixar de entrar na recensão que, relativamente à especialidade, vem esta Revista empreendendo.

Yê este documento primordial da História do descobrimento do Brasil agora a sua melhor versão, pois a anterior de 1940 (14), embora fac-similada, oferece algumas inexactidões.

(H) Seguimos a exacta tradução e síntese de J. Frederico Laranjo, no referido estudo.

(12) Seguimos a já citada versão e síntese de J. Frederico Laranjo.

(13) *A Carta de Pero Vaf de Caminha*, com um estudo de Jaime Cortesão. Edições «Livros de Portugal Ltda», Rio de Janeiro, 1943.

(14) *Inclusa em Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Alvares Cabral*, ed. da Agência Geral das Colónias.

Nesta nova tiragem da carta caminhiana, apresenta-nos o comentador, com as 28 fotografuras do original, uma leitura correspondente, em cuidados que, à primeira vista, podem parecer excessivos. Há, na realidade, muitas vezes, no treslado, injustificadas conexões de palavras; mas deve reconhecer-se que, em muitas outras, essas ligações são imprescindíveis: desfazerem-se, importava imediata alteração de pronúncia.

E pois entrámos a considerá-lo no seu aspecto paleográfico, diga-se já que, apesar do cuidado que é de supor houvesse na revisão, surgem, aqui, acolá, pequenos erros de transcrição. Em boa verdade, porém, são faltas mínimas (15).

Passando do aspecto externo ao interno, cumpre-nos testificar que o estudo introdutivo do texto é verdadeiramente digno de quem o comenta, particularmente considerado na sua feição objectiva (16).

O referido estudo divide-se em duas partes: *O Autor e a Obra; Transcrição e Exegese da Carta*.

O terceiro dos cinco capítulos da i.^a Parte diz respeito a *Caminha, Cidadão do Porto*. O facto de ser o escrivão da armada de Cabral vereador da Câmara do Porto merece, como se vê, especial referência, por parte do comentador. E porquê?

«O cidadão *do Porto* não era então um português qualquer mas, por definição, o mais livre e humano de todos eles. Era o português mais consciente da dignidade, que o trabalho e a liberdade conferem ao homem» (pág. 43).

«Caminha foi, na mais elevada acepção da palavra, um *cidadão do Porto*. A *Carta* torna-se, assim, conjuntamente o auto

(15) No foi. i r. e 10 v. desdobrou-se a habitual abreviatura de *escrever* em *screpver* Porquê, *screpver*, e não *scprever* ? No foi. 12 v. transcreveu-se *lançarânas* (= lançaram-nas) onde falta a cedilha que no original manuscrito se encontra ligada ao til ; no 13 v., *salvacom* (= salvaçõ), onde, pelo contrário, o til se vê ligado à cedilha.

(16) Observe-se que a «Colecção Clássicos e Contemporâneos», que se inaugura com este livro, pretende, segundo o Dr. Jaime Cortesão, seu director, defender a integridade da cultura luso-brasileira. Sabendo, como deve saber, que a Academia das Ciências de Lisboa, de que, aliás, é membro, tem envidado os maiores esforços, para que a integridade dessa cultura luso-brasileira comece pelo mínimo exigível de uma uniformidade ortográfica, por que razão consente em que se imprimam, nesta edição inaugural, grafias como *fato* (= facto), *colecção*, *ação*, *aspeto*, *caráter*, e outras tais?

do nascimento do Brasil e uma afirmação de cidadania portuense, marcando desde as origens a terra nova com um carácter social e político, que tanto havia de influir na formação histórica brasileira (ib.)».

Queremos crer que o douto comentador, nestas afirmações nacionalmente tão restritivas, pretende mais considerar a personalidade do autor da carta, do que propriamente a da população portuguesa. Se assim não fosse, ser-nos-ia lícito perguntar que sucederia ao Brasil se na frota de Cabral não seguisse o vereador do Porto.

Afinal, as diferenças que, como estas, surgem ao lerem-se certos capítulos da História, derivam de, muitas vezes se intentar ultrapassar em contrabando a sua fronteira natural.

E, para concluir a observação, permitimo-nos apelar para o que, no referido estudo, se diz a propósito da perda da nau de Vasco de Ataíde:

«... Caminha, que em breve iria dedicar páginas e páginas inteiras à descrição do aborígene, menciona o facto sem palavra de lástima».

Como explica, então, o comentador essa bem notada e admirável indiferença do «cidadão do Porto», o mais humano de todos os Portugueses ?

A edição vem acompanhada de 80 notas valiosas para a justa compreensão do texto. Resta-nos, porém, dizer que muitas dúvidas não deixam de subsistir, como sejam as relativas ao significado dos termos *solapa* e *parma* ⁽¹⁷⁾.

Excepcionalmente, ainda, diga-se que o documento de Caminha viu mais uma tiragem na 2.^a edição do livro *O Descobrimento da América e a suposta prioridade dos Portugueses*, impressa no Brasil em 1944, e que é da autoria do sr. Tomás Oscar Marcondes de Sousa ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁷⁾ *Parma*, na expressão «he toda praya parma mujto chaã». O comentador pretende que *parma*, no escrito de Caminha, é forma sincrética de *palma*, o que seria de aceitar se, em outros lugares da Carta o A. a empregasse, o que se não verifica. Cfr. fols. 7 v. e 11, onde se escreveu claramente *palmas*.

⁽¹⁸⁾ O A., como prefácio a esta edição da sua obra, transcreve, sem comentários, parte de uma nota que o falecido Professor Oliveira Ramos

Neste sumário de obras cabe citar-se a edição do Livro i das *Saudades da Terra* ⁽¹⁹⁾ de Gaspar Frutuoso, ainda inédito. A obra do cronista açoriano alcança, como se sabe, 6 livros. Estavam publicados o 2.^o, o 3.^o e o 4.^o, aquele relativo ao arquipélago da Madeira, estes a Santa Maria e S. Miguel, respectivamente. O primeiro livro que trata das Canárias, de Cabo Verde e de alguns descobrimentos não tratados nos restantes, como sejam os de Colombo e de Magalhães, vê agora a sua edição *princeps* graças aos incansáveis esforços do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, a quem a História das nossas Ilhas Terceiras muito vem devendo. O texto, muito curioso nas suas informações, é acompanhado de um interessante ensaio crítico.

Documentos sobre a Expansão Portuguesa ⁽²⁰⁾ (título de espécie ambígua, como diria um dos nossos clássicos) bem poderia apodarse de *Colecção de excerptos acerca da História Económica Portuguesa*. E na realidade obra onde, em notas substanciais, se põe como factor primordial na interpretação causal da nossa expansão ultramarina o *económico*, velha tese materialista que já há muito colocada à margem da estrada real dos acontecimentos, nos conserite passar sem mais exame a outras edições de maior interesse. Diga-se, ainda assim, em parêntese, que esta obsessão de explicações causais económicas não é exclusiva deste livro em tal período. Outro, do mesmo A., de seu nome *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* ⁽²¹⁾ é uma defesa aditivamente unilateral da mesma tese. E para mais chama-se, como era de pre-

após à tradução da obra «Época dos Descobrimentos», de Sophus Ruge, inclusa na «História Universal» de Oncken. Convém observar que essa espécie de apoio, que o A. procura, lhe não é favorável, pois o Doutor Oliveira Ramos era propugnador da prioridade dos Portugueses no descobrimento das terras americanas, tese precisamente contrária à que nos apresenta.

⁽¹⁹⁾ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro 1. Precedido de um ensaio crítico por Manuel Monteiro Velho Arruda. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1939. Foi esta obra posta no mercado já dentro do período da nossa recensão.

⁽²⁰⁾ Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Colecção «Estudos Portugueses». Editorial «Gleba» L.da Lisboa. 2 vols. s/d.

⁽²¹⁾ Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Problemas das origens e da linha de evolução. Testemunho Especial, Lisboa, 1945.

ver, ao campo dos impulsos eficientes, o bom do povo português e o Infante D. Pedro (22).

Entre as obras de interpretação citaremos em lugar primeiro a *Cruzada do Infante D. Henrique* de Joaquim Bensaúde (23). Depois de uma Introdução (24) o A. reimprime a conferência que, em 1929, pronunciou em Sevilha acerca do *Plano das índias*, tese que, como se sabe, seguidamente desenvolveu em *Quelques Lacunes et Surprises*, e as duas cartas de resposta às constestações que a tal propósito fez o Dr. Duarte Leite. Vem depois, no capítulo iv (*As dificuldades financeiras dos Descobrimentos*), a parte que, em verdade, se pode considerar nova para complemento desta sua tese, a qual se poderá resumir assim: «A matéria financeira constituiu de facto o travão fatal que de 1420 limitava e impunha lentidão na amplitude da acção naval». Daí fixar o Infante por muito tempo os seus esforços na exploração do comércio da Guiné para que esta lhe valesse, na penúria relativa de recursos, à consecução do seu objectivo: a índia e a falência do Turco.

A insistência do Autor, por muitos anos, na defesa desta sua já consagrada tese tem plena explicação com o que nos diz preambularmente, quanto ao método seguindo nas suas investigações: «O único processo a que o historiador tem de recorrer é à tenacidade do seu esforço, ligada aos rigores de um método de investigação dos mais modernos para atacar um a um, todos esses pontos obscuros que lhe vão aparecendo. A essa empresa tem de sacrificar muito tempo e uma paciência a toda a prova, prevenindo-se ainda, no interesse da sua causa, contra o perigo de publicações precipitadas».

(22) Há, com efeito, hoje, uma escola nova que pugna, — diferentemente embora — por esta tese tricéfala, que bem pode ter-se por sua pedra de toque:

- 1) O factor dos Descobrimentos é o económico;
- 2) O seu autor, o Povo.
- 3) Se alguém o deve individualizar esse é o Infante D. Pedro, não D. Henrique.

(23) Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*. Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1943.

(24) Abrange os seguintes parágrafos: *Astronomia peninsular na Idade Média; O plano das índias; As críticas; Documentos nos Arquivos do Vaticano; Documentos existentes na Biblioteca de Florença*.

Em 1943, e com intervalo de 9 anos, viu mais uma edição em português a interessante obra de Edgar Prestage *The Portuguese Pioneers* (25). Escrita «para difundir o conhecimento da nossa epopeia ultramarina nos países da língua inglesa» vem esta obra do ilustre professor da Universidade de Londres, agora ampliada com novos elementos de informação, o que a torna, para o escol a que se dedica, mais prestimosa.

Outra tradução de que beneficia a nossa bibliografia dos Descobrimientos é a que realizou o Dr. António Alvaro Dória da consagrada obra de Beazley *a Prince Henry the Navigator* e a que, em Português se deu o nome de *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimientos Modernos* (26). A versão, que é muito cuidada, vem acompanhada de inúmeras notas onde, a maior parte das vezes, o tradutor corrige faltas, erros ou más interpretações que se observam na exposição de Beazley, o que de modo nenhum afecta o seu valor fundamental. E como vem a propósito, esclareça-se uma dúvida que o tradutor lança, em nota à página 158 : «No texto, a viagem [às Canárias] é atribuída a um *John de Trasto*, erro devido talvez a má leitura do nome *Crasto* do livro Diogo Gomes». O erro original deve-se, sem dúvida, a Schmeller, que foi quem em 1845 e pela primeira vez editou essa parte do manuscrito de Valentina Fernandes (27).

O nome do tradutor da obra de Beazley traz à chamada, nesta nossa recensão, um opúsculo intitulado *O problema do descobrimento da Madeira* com que se inicia uma colecção de «Estudos de História dos Descobrimientos», editada em Guimarães (28).

(25) Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*. 2^a ed. Versão portuguesa de Francisco Eduardo Baptista, Major de engenharia e engenheiro mecânico. Porto, 1943.

(26) G Raymond Beazley, *O Infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos*. Trad. do inglês anotada, por António Álvaro Dória. Livraria Civilização, Porto, 1945. O título original da obra é: *Prince Henry the Navigator the hero of Portugal and of modern discovery*.

(27) Dr. Schmeller, *Veber ValentF Fernandezj Alemã und seine Sammlung von Nachrichten*. [Munique], 1845. Transcrevendo a Relação de Diogo Gomes, aí se diz (pág. 19): «Et supradictus Iohannes de Trasto per vim accepit partem unius insulae dictae *Gran Lanaria*».

(28) António Alvaro Dória, *O problema do descobrimento da Madeira*. Guimarães, 1944.

Neste estudo o A. (*non nova, sed nove*, como o confessa) faz o encontro do que de mais importante se tem dito sobre a matéria, de modo a esclarecer ou contribuir para esclarecer certos pontos obscuros. Dentro desta classe de opúsculos deve citar-se ainda *Terçanabal e a Escola de Sagres* (29), da autoria de Francisco Fernandes Lopes, onde o A. refuta (e muito bem) a injustificada tradição de ter existido em Sagres uma autêntica escola náutica.

Não cabe aqui falar-se de obras cujo franco intuito é o da divulgação. Seja-nos, contudo, permitido lembrar uma, de Elaine Sanceau, e que em português foi editada com o título D. *Henrique o Navegador* (30). Fazêmo-lo, notando quanto procurou o A. apoiar sempre as suas afirmações em fontes documentais certas.

JOÃO FRANCO MACHADO

Fr ança

História geral e política (1939-1944) f1)

De toutes les branches de la recherche historique, il n'en est sans doute aucune qui plus que l'histoire générale et politique ait besoin de la liberté d'expression. Il n'en est guère non plus qui nécessite davantage un accès aisé aux sources de documentation nationale et étrangère, certaines facilités de déplacement pour les travailleurs, la circulation rapide et commode des livres et publications. C'est dire, et il est inutile d'y insister, à quels obstacles s'est heurtée l'érudition française au cours des années que nous considérons. Les ouvrages de caractère vraiment général que nous aurons à signaler sont peu nombreux, ceux relatifs aux questions diplomatiques et extérieures le sont moins encore.

(29) «Seara Nova». Lisboa, 1945

(30) Elaine Sanceau, Z). *Henrique o Navegador*. Trad. do Dr. José Francisco dos Santos. Porto, 1942.

(*) Sauf indication contraire, le format et le lieu d'édition sont l'in-8 et Paris.